

ciudades revista

ISSN (online) 2448-1092

volume 15
número 25
2023



equipe editorial

Cidades é uma publicação voltada à divulgação de pesquisas e reflexões que envolvem a compreensão da problemática urbana a partir de um olhar preferencial, mas não exclusivamente geográfico.

Fundada em 2002 sob a responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos (GEU), ela está hoje sediada na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sob a responsabilidade de um Conselho Editorial que, em 2020, assumiu a revista sob o compromisso com a pluralidade na produção do conhecimento no campo dos estudos urbanos.

A revista tem como objetivo contribuir para ampliar nossa capacidade de ler e interpretar o processo de urbanização e as cidades num período em que tem se aprofundado a complexidade das relações que orientam processos e dinâmicas e se aceleram o ritmo das transformações.

Cidades está vinculada à linha de pesquisa Produção do espaço urbano-regional do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFFS.

Publicação sob responsabilidade da Universidade Federal da Fronteira Sul
Rodovia SC 484 - Km 02, - Chapecó, SC, Brasil. CEP 89815-899
ISSN (online) 2448-1092

cidades.uffs.edu.br
@revistacidades



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

volume 15 | número 25 | ano 2023

Conselho editorial

Dr.ª Catherine Chatel

Université Paris Cité, França

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Dr.ª Juçara Spinelli

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Dr. Márcio José Catelan

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Dr. Oscar Sobarzo

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Dr.ª Patricia Helena Milani

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Dr. William Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Responsável editorial

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Direção de arte e design

Arq. e Urb. Amanda Rosin de Oliveira

Universidade de São Paulo (USP)

Equipe de apoio

Me. Carliana Grosseli

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Me. João Henrique Zoehler Lemos

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Vitor Hugo Batista

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Bibliotecária responsável

Franciele Scaglioni da Cruz

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Projeto gráfico e diagramação

AROLab | Amanda Rosin de Oliveira

Capa: Arte vetorizada por Inayara Sampaio

Conselho Editorial Internacional

Dr.^a Alicia Lindón, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, México, alicia.lindon@gmail.com
Dr.^a Ana Fani Alessandri Carlos, Universidade de São Paulo, Brasil, anafanic@usp.br
Dr. Angelo Serpa, Universidade Federal da Bahia, Brasil, angeloserpa@hotmail.com
Dr.^a Aurélia Michel, Université Paris Cité, França, aurelia.michel@univ-paris-diderot.fr
Dr. Carles Carreras, Universitat de Barcelona, Espanha, ccarreras@ub.edu
Dr.^a Carme Bellet, Universitat de Lleida, Espanha, carme.bellet@udl.cat *in memoriam*
Dr.^a Claudia Damasceno, École des Hautes Études en Sciences Sociales, França, claudia.damasceno@ehess.fr
Dr.^a Diana Lan, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina, dlan@fch.unicen.edu.ar
Dr.^a Doralice Sátyro Maia, Universidade Federal da Paraíba, Brasil, dsatyromaia@gmail.com
Dr. Federico Arenas, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile, farenasv@uc.cl
Dr. Gabriel Silvestre, University of Sheffield, Reino Unido, g.silvestre@sheffield.ac.uk
Dr. Horacio Capel, Universitat de Barcelona, Espanha, hcapel@ub.edu
Dr. Jan Bitoun, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, bitounjan@gmail.com
Dr. José Borzachiello da Silva, Universidade Federal do Ceará, Brasil, borzajose@gmail.com
Dr. Laurent Vidal, Université de La Rochelle, França, lvidal@univ-lr.fr
Dr.^a Leila Christina Dias, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, leila@cfh.ufsc.br
Dr.^a Luciana Buffalo, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, lubuffalo@gmail.com
Dr. Luis Alberto Salinas Arreortua, Universidad Nacional Autónoma de México, México, luis_arreortua@hotmail.com
Dr.^a Maria Encarnação Beltrão Sposito, Universidade Estadual Paulista, Brasil, mebsposito@gmail.com
Dr.^a María Laura Silveira, Conicet/Universidad de Buenos Aires, Argentina, maria.laura.silveira.1@gmail.com
Dr.^a Odette Carvalho de Lima Seabra, Universidade de São Paulo, Brasil, odseabra@usp.br
Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, paulo.soares@ufrgs.br
Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos, Universidade Federal da Bahia, Brasil, pavascon@uol.com.br
Dr. Roberto Lobato Corrêa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, lobatocorrea39@gmail.com
Dr. Rodrigo Hidalgo, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile, rodrigohidalgogeo@gmail.com
Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior, Universidade Federal do Pará, Brasil, stclair-jr@hotmail.com
Dr.^a Tatiana Schor, Universidade Federal do Amazonas, Brasil, tatiana.schor@gmail.com
Dr. Vincent Berdoulay, Université de Pau et des Pays de l'Adour, França, vincent.berdoulay@univ-pau.fr

A DANÇA-DO-LUGAR COMO PRÁTICA PARA UMA FENOMENOLOGIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

LUIZ TIAGO DE PAULA

Faculdade Sesi de Educação

luiz.tiago@faculdadesesi.edu.br

EDUARDO JOSÉ MARANDOLA JUNIOR

Universidade Estadual de Campinas

ejmjr@unicamp.br

RESUMO

O presente trabalho se trata de um ensaio metodológico em pesquisas sobre os espaços públicos urbanos em Geografia. Utilizamos o conceito de dança-do-lugar (*place-ballet*), proposto por David Seamon, a fim de explorar a potência da abordagem fenomenológica como instrumento de investigação. Essa perspectiva da fenomenologia se revela importante, especialmente, por colocar as experiências cotidianas destes lugares como elemento essencial à compreensão das mudanças ocorridas na urbe contemporânea. Para isso, fazemos uma discussão epistemológica sobre a relação entre os conceitos de território e lugar à luz do lastro teórico da Geografia Humanista Cultural, com intenção de sugerir uma possibilidade prático-metodológica em trabalhos de campo às pesquisas qualitativas que envolvem a Geografia e os espaços públicos urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia; Experiência; Corporeidade; Trabalho de Campo; Geografia Humanista Cultural.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

THE *PLACE-BALLET* AS PRACTICE FOR A PHENOMENOLOGY OF URBAN PUBLIC SPACES

ABSTRACT

This article is a methodological essay in urban public spaces research in Geography. We use the concept of *place-ballet*, proposed by David Seamon, in order to explore the potential of the phenomenological approach as an instrument of investigation. This perspective of phenomenology proves to be important, especially because it places the everyday experiences of these places as an essential element in understanding the changes that have occurred in the contemporary city. Therefore, we carry out an epistemological discussion on the relationship between the concepts of territory and place in light of the theoretical basis of Cultural Humanist Geography, intending to suggest a practical-methodological possibility in fieldwork and qualitative research involving geography and public urban spaces.

KEYWORDS: Methodology; Experience; Corporeity; Fieldwork; Cultural Humanist Geography.

EL BAILE-DEL-LUGAR COMO PRÁCTICA PARA UNA FENOMENOLOGÍA DE LOS ESPACIOS PÚBLICOS URBANOS

RESUMEN

Este trabajo es un ensayo metodológico en la investigación de los espacios públicos urbanos en Geografía. Utilizamos el concepto de baile del lugar, propuesto por David Seamon, para explorar el poder del enfoque fenomenológico como herramienta de investigación. Esta perspectiva de la fenomenología se muestra fundamental, sobre todo para dar cuenta de las vivencias cotidianas de estos lugares como elemento fundamental para comprender los cambios que se han producido en la ciudad contemporánea. Por lo tanto, realizamos una discusión epistemológica sobre la relación entre los conceptos de territorio y lugar, a partir del legado teórico de la Geografía Humanista Cultural, con la intención de sugerir una posibilidad metodológica en el trabajo de campo en la investigación cualitativa sobre espacios públicos urbanos en Geografía.

PALABRAS CLAVE: Metodología; Experiencia; Corporeidad; Trabajo de Campo; Geografía Humanista Cultural.

1 | INTRODUÇÃO

Há uma longa tradição de estudos em torno do conceito de espaço público, desde aqueles associados à Filosofia Política até as disciplinas que envolvem as áreas de Sociologia, Arquitetura, Urbanismo, Antropologia e Geografia. Os temas e perspectivas são polissêmicos e podem variar de análises que compreendem os espaços públicos como a própria extensão da esfera pública – incluindo o domínio dos processos propriamente políticos, das relações de poder e das formas assumidas por estas nas sociedades contemporâneas (Castro, 2013) – a concepções do espaço público como conjunto de lugares urbanos que, de modo associado a infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida cívica nas cidades.

Diante desse longo espectro que transversaliza muitas disciplinas, campos e acepções da ideia de espaço público, torna-se desafiador circunscrever em uma única definição “o que é” o espaço público.

Todavia, é necessário pontuar de qual acepção de espaço público buscamos nos aproximar, a fim de precisarmos conceitualmente os objetivos do presente artigo: utilizar o conceito de dança-do-lugar (*place-ballet*) como possibilidade para a construção de uma prática fenomenológica de investigação dos espaços públicos urbanos nas ciências humanas e, especialmente, na Geografia.

Portanto, colocamos em evidência três conceitos que se destacam: (i) espaço público, (ii) fenomenologia como *práxis* e (iii) dança-do-lugar. Visamos construir uma narrativa em várias etapas, que enfrentaremos sequencialmente, para, ao final, defender a potencialidade do conceito de dança-do-lugar como prática de investigação fenomenológica para as pesquisas geográficas dos espaços públicos.

2 | ESPAÇO PÚBLICO NA GEOGRAFIA: DO TERRITÓRIO AO LUGAR

Se assumirmos que não há consenso ou uma definição única que abarque todas as dimensões que podem ser expressas a partir do conceito de espaço público, é preciso reconhecer que isto parece não ter sido um obstáculo para que numerosos estudos fossem desenvolvidos na Geografia do Brasil.

Nas últimas duas décadas, os trabalhos que abordam direta ou indiretamente os espaços públicos em Geografia vêm aumentando substancialmente, portanto, torna-se uma tarefa quase impossível referenciá-los, em sua totalidade, tamanho o volume de artigos, capítulos de livros, projetos temáticos, teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidos. Porém, vale destacar alguns que têm, com frequência, sido utilizados como referências desta série de estudos no Brasil.

Serpa (2007) investigou as manifestações da cultura popular e as representações sociais em espaços públicos nas cidades de Salvador e Viena. O autor já havia analisado aspectos da gestão territorial de parques públicos e as lógicas e diretrizes de políticas públicas para requalificação de áreas urbanas em Salvador (Serpa, 2006), bem como as construções, conflitos e contradições dessas políticas urbanas e a necessidade de políticas públicas participativas.

Este tem sido um dos temas de estudo perenes do autor, na articulação da dialética lefebvriana e merleau-pontiana, porque tem oferecido contribuições significativas referentes às articulações escalares que envolvem as manifestações políticas e culturais no espaço público, da corporeidade à produção do espaço (Serpa, 2013a; 2013b).

Leite (2007) investigou como os processos de *gentrification* alteram os usos e contrausos dos espaços públicos pelas práticas do consumo, especificamente na cidade histórica de Recife, contribuindo para o fenômeno contemporâneo de esvaziamento e morte desses espaços.

Valverde (2007; 2009), a partir de outra ótica, avaliou como atores sociais e as políticas públicas tencionam-se ao disputar aqueles elementos que qualificam os espaços públicos e aquilo que chamou de “multiplicidade das representações sociais”. Seus estudos têm desdobrado diferentes contextos, nos quais a indústria cultural, as disputas políticas e simbólicas e os usos dos espaços públicos desvelam-se a partir da ideia de heterotopia (Valverde, 2015; 2017).

Sobarzo (2006), a partir de uma perspectiva lefebvriana, procurou explicitar como alguns espaços de uso coletivo podem se apresentar como “pseudopúblicos” diante dos processos de produção de uma nova lógica de cidade, associada aos produtos imobiliários como loteamentos fechados, shopping centers e centros empresariais – temas estes referenciados pela clássica obra de Caldeira (2000) sobre os “enclaves fortificados” na cidade de São Paulo.

Vale mencionar ainda o importante projeto de pesquisa de Spósito e Góes (2013), que culminou na publicação de um livro sobre a marginalização dos espaços públicos tradicionais, a insegurança urbana e a fragmentação socioespacial.

Esses trabalhos, bem como tantos outros que se inserem no campo da disciplina geográfica, costumam – pela própria natureza do tema – apresentar atravessamentos interdisciplinares, dialogando com autores e conceitos de outras

áreas do conhecimento. É neste ponto que nos detemos em precisar as implicações que esses diálogos produzem acerca da própria conceituação do espaço público para a disciplina geográfica.

Assim, reiteramos que as pontuações feitas aqui referem-se a estudos brasileiros de autores e referências específicas, as quais não representam a totalidade de abordagens existentes, mas são – ou foram – amplamente utilizados. Uma das discussões muito presentes nas pesquisas geográficas dos espaços públicos, nos últimos anos, partiu da necessidade de se colocar em evidência a dimensão espacial deste conceito frente às análises correntes do tema.

Essas discussões envolvem elementos multiescalares desde a produção dos espaços urbanos contemporâneos nas escalas global e regionais, marcadas pelas desigualdades sociais e econômicas, até suas repercussões à escala local e os problemas vinculados à democratização dos espaços urbanos e o direito à cidade (Lefebvre, 2001).

No Brasil, Gomes (2010), há mais de duas décadas, criticava estudos que compreendiam a noção de espaço público como uma mera metáfora das esferas pública e política, ao valorizar os aspectos formais e estruturais, ignorando a dimensão “concreta” e “espacial” que animam os usos cotidianos dos espaços públicos. Para ele, estudos geográficos devem contribuir para as análises mais ricas e detalhadas sobre a tentativa de colocar o “espaço” como elemento central da investigação.

Na mesma linha, Serpa (2004), ao buscar uma abordagem geográfica dos espaços públicos, procurou compreendê-los como forma e conteúdo, articulando os aspectos da concretude de seus usos àqueles outros relacionados a uma esfera pública urbana. O autor discute a acessibilidade pública dos espaços públicos para além de sua dimensão material, mas também simbólica, da apropriação social que ultrapassaria as questões propostas pelo *design* urbano e dos espaços abertos como ruas, praças, parques, shopping centers e prédios públicos.

Muitos outros trabalhos foram desenvolvidos no campo do conhecimento geográfico, como já citado, cada qual com sua especificidade teórica e epistemológica, procurando, de maneira geral, vincular as categorias analíticas da Geografia – tal como espaço, território, paisagem e lugar – às teorias já consolidadas pela Filosofia e Sociologia Política acerca das esferas social e pública. Essa relação de diálogo entre Geografia e Filosofia Política constitui-se como uma questão central, a qual não se limita aos estudos geográficos, mas norteia grande parte das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais sobre o tema dos espaços públicos.

Ao ter como principais pensadores Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Richard Sennett (Arendt, 2004; Habermas, 2003; Sennett, 2003), os quais possuem ideias muito diferentes entre si (que, contudo, não serão detalhadas neste texto¹),

1 Para Arendt (2000), a distinção entre a esfera da vida privada e a esfera da vida pública corresponderia à existência da esfera da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado grega. Porém, na modernidade, com o advento dos Estados nacionais e da esfera social, esta esfera, a qual, para a autora, não é nem pública e nem privada no sentido restrito do termo, encontra uma forma bem peculiar: a funcionalização da política e a sua transformação em um fato social, em que a ação, o discurso e o pensamento estão fundamentalmente assentados sobre superestruturas, externas ao indivíduo. A crise produzida por essa “funcionalização” da política se aprofundaria com o moderno individualismo. Sennett (1998) também criticou o moderno individualismo, especialmente das classes burguesas do século XIX, ao analisar a expansão da esfera

as análises dos espaços públicos em Geografia e em outras Ciências Humanas e Sociais comumente partem da crise da esfera pública e social como uma poderosa ideia central, ponto em comum entre esses autores.

Nesse ínterim, tornou-se frequente assinalar a decadência da vida pública na experiência social contemporânea. Killian (1998) classifica grande parte da literatura sobre o espaço público como uma *“literature of loss”* (literatura da perda), reproduzindo uma interpretação dos problemas associados à vida urbana e à perda dos valores tradicionais como crise urbana, crise da Modernidade, a qual produziria, em última análise, a impossibilidade da própria experiência, como discutido por Benjamin (Marandola Jr., 2020).

Para Goheen (1998), a partir dessa noção de crise, encontram-se duas interpretações que se destacam mais sobre a significância da vida pública nas cidades modernas. A primeira procederia da premissa já citada de como a esfera pública fora radicalmente desvalorizada, tendo como consequência a diminuição do interesse sobre cidadania em espaços públicos, uma vez que se tenha retirado a participação ativa da população em debates sobre as questões públicas. Para ele, isso expressaria o conflito entre o desenvolvimento do capitalismo (e do individualismo moderno) e a possibilidade dos avanços dos direitos coletivos de cidadania.

A outra interpretação enfatizaria a contínua significância dos espaços públicos como espaços de afirmação política, em que os diferentes grupos de características sociais poderiam alcançar visibilidade pública, buscando reconhecimento e reivindicando demandas sociais.

Essa condição dos espaços públicos como espaços imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manifestação da vida e da opinião pública, no qual deveriam estar assegurados os direitos do cidadão ao uso da cidade (acessibilidade, segurança, informação e circulação), tem claramente raízes no moderno conceito de democracia e suas imbricações com a vida urbana, um pano de fundo comum aos autores citados (Arendt, Habermas e Sennett). Ao reconhecermos os traços físicos e arquitetônicos que dão forma, por exemplo, a uma praça, um marco cívico ou um largo, atribuímos à materialidade desses espaços uma explícita referência às concepções sociopolíticas situadas no campo da Filosofia Política.

No entanto, para autores como Abrahão (2008), deve-se ressaltar que na esfera do urbanismo, e acrescentaríamos também na Geografia Urbana, a transposição entre os atributos daquilo que o autor denominou de “espaço público político” para os “espaços públicos urbanos” (concretos e materializados) não foi mediada por nenhuma teoria urbana ou geográfica. Ou seja, os projetos e concepções sociopolíticas, por vezes, não apresentam traços de correspondência direta com os usos dos espaços urbanos. Essa constatação levou ao questionamento sobre a origem dessa transposição do “político-ao-material” e à indagação das razões para a assimilação direta e a difusão por uma expressiva parcela de estudiosos dessas áreas.

privada e seu transbordamento para as outras esferas da vida social e política, o que autor classificaria como uma “tirania da intimidade”. Diante dessas crises que envolveriam as esferas política e social, Habermas (2003) argumentou, em outro momento, que o surgimento de uma esfera pública depende de um grupo autoconsciente para exercer, em conjunto, seus direitos dentro de uma esfera política. Para isso, o autor se valeu do desenvolvimento de sua obra para a teoria da ação comunicativa.

Debater a pertinência dessa transposição e demonstrar a sua validade escapa aos propósitos de apenas uma disciplina científica, sendo o problema de natureza essencialmente interdisciplinar, uma vez que as ideias convergem para questões relacionadas às modalidades concretas de gestão, apropriação e uso das ruas, praças e espaços abertos urbanos.

É preciso ter clareza quanto à complexidade na qual se assenta o assunto, porque, especialmente, para o caso da Geografia, disciplina que aborda os espaços públicos a partir de seus próprios conceitos e categorias, torna-se necessário evitar enganos sobre a perigosa e falaciosa cisão entre, de um lado, os estudos a respeito do espaço urbano edificado – o urbanismo – e, de outro, os processos sociais, políticos e de urbanização decorrentes nas cidades (Arantes, 2000).

A Geografia, como já citamos, apresenta-nos a discussão dos espaços públicos à luz de suas próprias categorias analíticas, sendo que, dentre elas, se destacariam claramente os conceitos de território, lugar e talvez, em terceiro plano, a paisagem. Mas gostaríamos de nos deter nos dois primeiros, foco de maiores discussões nos diferentes estudos.

Quanto ao território, para além da acepção institucional, nas últimas décadas, cresceu o número de geógrafos que chamam a atenção para a fluidez da conformação de “outros territórios” (no plural), suas sazonalidades e a natureza de seus recortes temporais e espaciais, abrindo possibilidades de acepções diversas (Claval, 1999; Haesbaert, 2001; 2007). Essa multiplicidade de escalas colocou em evidência “novos” territórios constituídos por agentes que não são necessariamente institucionalizados e que, por vezes, são fundados pelas interações cotidianas das dimensões vivida e simbólica, elementos mais intersubjetivos dessa “porção espacial” (Saquet, 2007; De Paula, 2011).

No caso dos espaços públicos urbanos, há uma jurisdição sobre a qual os domínios legais estabelecem uma soberania, tornando-os territórios institucionalizados sob a normatividade que os regem a partir de valores irreduzíveis, tais como o bem público, o direito público e a ação pública (Arroyo, 2002). No entanto, para esses valores serem estabelecidos, esses espaços públicos necessitam ser ocupados, demarcados e ritualizados mediante a ação humana e social cotidiana.

Esse dado implica não apenas compreender os espaços públicos pelas suas extensões e limites geográficos legalmente reconhecíveis, tais como aqueles elementos pressupostos sobre sua territorialidade formal e institucional, mas também significa abordá-los a partir de uma perspectiva que os reconheça como centralidades simbólicas que oferecem referência e identidade social, ou seja, os reconheçam como lugares.

O lugar pode ser considerado um espaço delimitado pela experiência humana, fenomênica e circunstancial (Buttimer, 1985; Holzer, 1999, 2003; Oliveira, 2012). Ele pode ser constituído por experiências tanto marcadas pela pausa, comunhão, estabilidade e segurança (Tuan, 2012; 2013) quanto produzidas pelo movimento e transitoriedade (Marandola Jr., 2012). Enquanto fenômeno, o lugar é flexível na medida em que é um conceito e, ao mesmo tempo, uma parte imediatamente aparente da realidade, sendo seu conhecimento um simples fato da experiência (Luckermann, 1964; Holzer, 2003).

Torna-se, portanto, fundamental ressaltar que os espaços públicos, concebidos geograficamente, seja em suas dimensões formais/institucionais, seja em suas dimensões experienciais/simbólicas, são, a um só tempo, territórios e lugares. Há claramente um desafio a enfrentar a partir de uma construção epistemológica na Geografia, quando se afirma que os espaços públicos são exatamente o contrário dos territórios (Serpa, 2013a).

Se, por um lado, os espaços públicos são espaços de encontro, copresença, convívio e diversidade, pelo outro, eles também são territórios demarcados como microcosmos de segregações, disputas, exclusões, fronteiras e hierarquizações. Talvez essa seja a própria condição contraditória dos espaços públicos contemporâneos: convívio e conflito.

Autores como Andrade e Baptista (2015) sugerem que uma visão idealista dos espaços públicos urbanos² tem sido relativizada. O conceito de território e seu teor que enfatiza as diferenças entre classes sociais pode significar menos diversidade social, mas não necessariamente a morte e esvaziamento destes espaços. Por exemplo, segundo Salcedo Hansen (2002), muitos grupos socialmente abastados, ao serem indesejáveis às classes hegemônicas, sempre foram mantidos à distância porque os espaços públicos foram abandonados por essas classes; eles se tornaram mais abertos em relação aos grupos sociais, raciais, sexuais, de gênero, dentre outros, geralmente marginalizados.

Não por menos, trabalhos como o de Costa e Bernardes (2013), em que os autores abordam as microterritorialidades de convivências homoafetivas em espaços públicos urbanos, podem servir de exemplo. Eles atentam para as relações e estratégias desses grupos que fortalecem a ideia de espaços públicos enquanto territórios de visibilidade e reafirmação da necessidade de diversidade e tolerância, ao mesmo tempo em que estes mesmos territórios possibilitam um “[...] fluir de autenticidades de diferentes atores sociais” (Costa; Bernardes, 2013, p. 258). Fica evidente, portanto, que o espaço público para a Geografia oscila ora para o território, ora para o lugar.

Berdoulay (2011) enfatiza que a ideia de território se encontra em crise, uma vez que as tensões vividas tanto pelas territorialidades contemporâneas quanto por aquelas ligadas às crises da modernidade requerem um questionamento das acepções clássicas do próprio conceito de território. Para o autor, em tempos de pós-modernidade, fluidez e rupturas das identidades, alguns estudos preocupam-se com o “devir” dos espaços públicos, no qual se pressupõe que se construa a democracia, frequentemente com uma visão um pouco nostálgica. No contexto da flexibilização das identidades coletivas e a emergência de sujeitos, uma das alternativas para superar essa dualidade entre essas novas identidades e o espaço público seria a noção de lugar, uma vez que seu horizonte conceitual possui um caráter imaterial.

Enquanto lugar, segundo Berdoulay (2011), o espaço público não existe apenas materialmente, mas como um acontecimento, uma circunstância. A construção das identidades coletivas, as quais pressupõem os espaços públicos

2 Inspirados pelas ideias de Tonkiss, Andrade e Baptista (2015, p. 143) demonstram como os planos ideais das discussões sobre o espaço público são devedores da visão habermasiana de esfera pública e se sustentam sobre o ideal de igualdade de acesso, “mas a vida real dos espaços públicos sugere-nos que estes não são apenas constituídos em termos de acesso, mas também são organizados através de formas de controle e exclusão”.

como territórios políticos de confrontos, seria colocada em suspensão para se abrir a possibilidade de avaliar a dimensão narrativa desses lugares, a polifonia de discursos coexistentes que apresentam diferentes facetas destes territórios efêmeros enquanto lugares.

Holzer (2013), mesmo sem se deter especificamente aos espaços públicos, procura enfrentar essa oscilação conceitual entre lugar e território (ou microterritorialidade) na Geografia Humanista por uma “terceira via”. A partir de uma orientação fenomenológica, o autor argumenta que os lugares são construídos e compartilhados a partir de experiências que pertencem desde as dimensões mais subjetivas e solitárias de um indivíduo até as relações geográficas mais interativas e coletivas.

Nesse sentido, a ideia central de sua argumentação é de que, se a essência do território é a fronteira, o limite, ou seja, a expressão primária da microterritorialidade, é o lugar e a sua constituição. Dessa forma, para estudar os microterritórios, seria necessário, para o autor, estudar antes os lugares. Veremos que essa abordagem humanista e fenomenológica em Geografia vem ganhando força para estudos que se debruçam sobre o conceito de lugar, movimento acadêmico e intelectual sem o qual o presente artigo talvez tivesse menos chances de ser apresentado.

3 | INVESTIGANDO FENOMENOLOGICAMENTE OS ESPAÇOS PÚBLICOS: A DANÇA-DO-LUGAR

A literatura existente acerca das relações entre Fenomenologia e Geografia está repleta de avisos sobre as dificuldades de se trabalhar com uma conceituação da Fenomenologia ou explicações claras sobre seu método. Isto ocorre porque existem várias fenomenologias que, segundo Pickles (1985), variam desde as obras de Becker, Conrad-Martius, Stein, Hartmann, Heidegger e Ingarden, passando por obras de fenomenologistas como Jaspers, Merleau-Ponty, Pfänder, Sartre, Schütz, Ricoeur, entre outros. Até mesmo a fenomenologia husserliana, primeiro projeto do que se reconhece atualmente como Fenomenologia, foi concebida como um projeto inicial, o qual o próprio Husserl (1986) chamou de uma série de “introduções” ou recomeços. Nesse contexto de fragmentos e descontinuidades, vale perguntar: qual seria a essência ou o elo entre todas essas fenomenologias? E quais seriam sua contribuição aos métodos de pesquisa em Geografia?

Para autores como Moran (2000) e Dartigues (2005), a essência da Fenomenologia, mais do que em seus métodos, está associada à sua base humanista, que tem claramente o sentido de propor uma reconciliação entre a ciência moderna e as experiências da vida humana e a reformulação de outra ciência, tal como prescrevia Husserl, em seu tratado de 1936, “Crises das ciências europeias e a fenomenologia transcendental” (Husserl, 2012). Entre os pensadores e orientações da Fenomenologia, o conceito de mundo-da-vida (*Lebenswelt*) oferece base de construção reflexiva e talvez seja neste conceito que a Geografia vislumbrou um ponto de intersecção com a Fenomenologia e seus objetos de investigação (Holzer, 1999).

O mundo-da-vida, para Schütz (1979), envolve todas as esferas das experiências cotidianas, ações, escolhas e condutas, através das quais os indivíduos lidam com seus interesses, relacionam-se com pessoas, concebem e realizam desejos, enfrentam e resolvem desafios.

Os escritos de Eric Dardel, quando examinam a Geografia a partir de uma perspectiva fenomenológico-existencialista, sugerem a necessidade e dever dessa disciplina em analisar a relação entre ser humano e mundo não apenas pelos seus aspectos objetivistas, mas também pelas experiências vividas mais essenciais, ou seja, aquelas que fundam a realidade geográfica dessa relação ser-e-mundo (Dardel, 2011).

Essa busca por colocar as experiências humanas sob o foco da investigação científico-geográfica implicou não apenas à Geografia, dita formal, rever a constituição epistemológica dos conceitos e categorias dos quais ela historicamente tratou – paisagem, território, lugar e região –, mas também reexaminar os fundamentos ideológicos e ontológicos que sustentaram ou reforçaram essas visões e divisões.

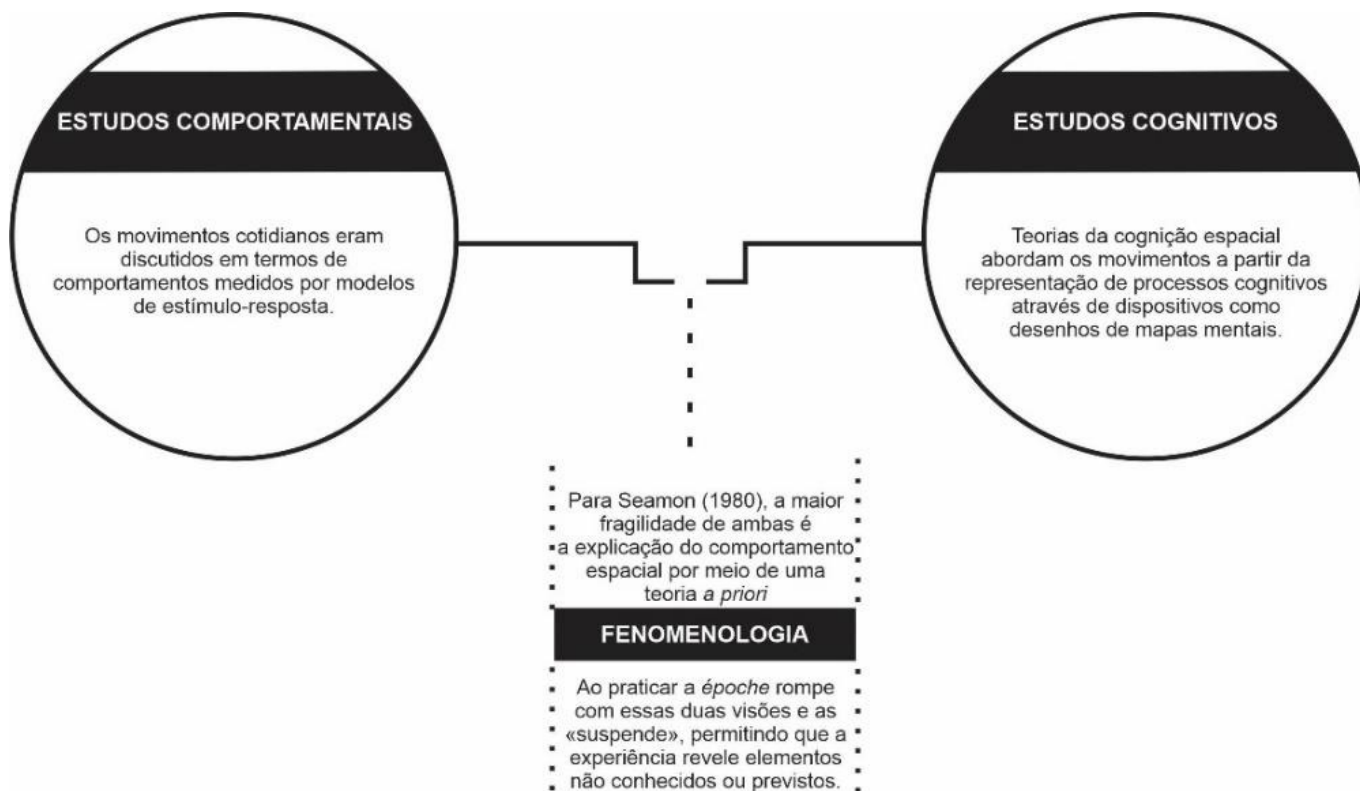
Mesmo que as implicações produzidas pelas questões vindas da Fenomenologia não tenham sido totalmente exploradas pela Geografia, esta postura de reexaminar seus pressupostos é fundamental para o que vem a ser o método fenomenológico e, ao mesmo tempo, geográfico (Buttimer, 1985), pois, em última instância, a busca principal do pensamento fenomenológico é de reaproximar a Geografia ao mundo-da-vida e, por mais sinuoso e arriscado que seja esse caminho, desvendar algumas pistas já trilhadas.

David Seamon, arquiteto urbanista norte-americano, arriscou-se ao trilhar este caminho. Em 1977, o autor apresentou suas preocupações fenomenológicas em um dos trabalhos pioneiros da escola de Geografia Humanista nos Estados Unidos, quando defendeu sua tese de doutorado intitulada “*Movement, rest and encounter: a phenomenology of everyday environmental experience*”³ (Seamon, 1977).

Para Seamon (1977; 2013), a ciência convencional, especialmente a Psicologia Ambiental da época, ligada à tradição filosófica empirista, tratou os movimentos cotidianos das pessoas em termos de comportamento espacial, aplicando modelos positivistas de estímulo-resposta. Na tentativa de imitar os métodos das ciências naturais e ter a possibilidade de mensurar e quantificar atitudes visíveis e perceptivas, a rigorosidade da abordagem comportamentalista (behaviorista) restringiu ou desconsiderou todo o processo de experiência envolvido nos fenômenos que envolvem os movimentos das pessoas e seus lugares, como a cognição, emoção, sensação – experiências que são imprecisas e conhecidas de forma subjetiva ou intersubjetiva entre as pessoas que os reportam (Figura 1).

3 “Movimento, descanso e encontro: uma fenomenologia da experiência ambiental cotidiana”, em tradução livre.

Figura 1: Estudos Comportamentais, Estudos Cognitivos e a Fenomenologia



Fonte: De Paula (2016, p. 15).

Mas Seamon (1977) não tece críticas apenas às abordagens comportamentalistas. Inspirado na fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (2011), demonstra a insatisfação de métodos investigativos em Ciências Humanas e Sociais que negligenciam o papel da corporeidade nos estudos ambientais.

Para ele, grandes ou pequenos espaços coletivos possuem movimentos habituais produzidos por pessoas e objetos, os quais incorporam gestos como pisar, voltar, chegar, apressar-se ou repousar. Um obstáculo, por exemplo, pode se tornar repentinamente em um ponto de encontro. Estes movimentos e pausas geram a dança-do-lugar (place-ballet), a qual pode ser definida, sinteticamente, como a fusão de rotinas espaço-temporais capazes de gerar padrões ou um quadro de estabilidades habituais características de um lugar específico (Seamon, 2013).

Essa estabilidade produzida pela repetição, na opinião do autor, gera um forte sentido de lugar e permite ao geógrafo investigador estar aberto e sensível para prever o efeito de mudanças sociais e ambientais do e no lugar.

Essa ideia de rotinas espaço-temporais do lugar é tão potente que, antes de Seamon, o arquiteto-urbanista Kevin Lynch, em 1960, já havia se atentado para “costumes do lugar” em sua obra “A imagem da cidade” (Lynch, 1997). Ao definir conceitos como “vias”, “pontos nodais”, “limites” e “marcos”, o autor procurou compreender como a organização espacial das cidades poderia produzir uma estrutura de imagens (visuais e simbólicas) capazes de gerar identidade e pertencimento.

Lynch (1997) observou que, em alguns casos, como em Beacon Hill, na cidade de Boston, os habitantes se comportavam diferentemente em espaços públicos, mesmo quando estes espaços se assemelhavam a espaços públicos comuns das demais cidades norte-americanas.

A jornalista e ativista Jane Jacobs, em sua obra “Morte e vida de grandes cidades”, também descrevia o mesmo fenômeno como o “balé-das-calçadas”:

Soba aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. É uma ordem complexa. Sua essência é a complexidade do uso das calçadas, que traz consigo uma sucessão permanente de olhos. Essa ordem compõe-se de movimento e mudança, e, embora se trate de vida, não de arte, podemos chamá-la, na fantasia, de forma artística da cidade a compará-la à dança – não uma dança mecânica, com os figurantes erguendo a perna e, ao mesmo tempo, rodopiando em sincronia, curvando-se juntos, mas a um balé complexo, em que cada indivíduo e os grupos têm todos papéis distintos, que por milagre se reforçam mutuamente e compõem um todo ordenado. O balé da calçada urbana nunca se repete em outro lugar, e em qualquer lugar está sempre repleto de novas improvisações (Jacobs, 2000, p. 52, grifo nosso).

As danças-dos-lugares são rotinas e estão associadas a um conjunto de elementos contingentes que podem ser mais ou menos previsíveis e perceptíveis cotidianamente. É relevante salientar que não se trata de movimentos básicos executados entre pessoas e as edificações dos lugares, especificamente: dos espaços públicos.

A dança-do-lugar possui uma estrutura espacial que configura o lugar em termos de paisagem, isto é, sua edificação material, combinada aos elementos visuais e estéticos, possibilitam e promovem o acesso de pessoas a lugares. Mas este acesso não se restringe apenas a sua materialidade: é complexo e determinado pelas estruturas social e cultural, de grupos, classes e indivíduos envolvidos, que podem ou não se apropriar simbolicamente daquele lugar, a depender dos tipos de usos.

Teorias sociais, espaciais e culturais, especialmente categorias analíticas que compõem parte do campo da Arquitetura, da Antropologia, da Geografia e da Ecologia Urbana, são imprescindíveis aos estudos das rotinas desses lugares. No entanto, não determinam explicações totalizantes à sua investigação. Seamon (1977) enfatiza que as manifestações das danças-dos-lugares necessitam de uma “atitude fenomenológica”, devido ao seu alto grau de contingência e efemeridade.

Os lugares apresentam rotinas que podem ser descritas pelas suas atividades – funções relacionadas ao lazer, entretenimento e serviços; também pelo perfil de pessoas que ali se encontram – faixa etária, classe social, profissão, raça e gênero – bem como pela intensidade de usos, segundo períodos do dia, do mês ou do ano. Essas rotinas servem de material primário à compreensão da dança-do-lugar e exige paciência ao processo de descrição. Abaixo, trazemos um exemplo prático-metodológico de Gehl e Svarre (2018) que, intencionalmente, buscaram criar uma metodologia de pesquisa em espaços públicos com o propósito de ilustrar o que Jane Jacobs chamou de “balé das calçadas” (Figura 2):

Figura 2: “Como se usa um banco?”



Aqui está um banco.



A+B: «Ótimo, vamos nos sentar»



A+B: «... para eu fumar meu cachimbo» (o homem ao fundo ainda aguarda)



C: «Ah, um assento livre na ponta Vou pegar este.»



A+B: «Bom, hora de ir embora»



C: «Ah, esse é um bom lugar para se sentar.»



C: «Aí dois aprendizes com tinta nas calças. Acho que já fiquei bastante aqui.»



D+E: «Uau, você deu uma olhada nela?»



F: «Ah, um banco vazio. Será que tem algum vermelho sobrando?»



F: «...»



G: «Aqui está bom. Vou sentar aqui na outra ponta. Mas o que é isso? Tinta fresca! - Bom, não vou me sentar aí.»



F: «Então, ele não queria mesmo se sentar, acho que vou ficar aqui sozinho... (o pequeno ainda está esperando pacientemente no carrinho.)»

Fonte: Gehl e Svarre (2018, p. 7).

O “balé”, apresentado em cenas curtas (Figura 2), nas quais a coreografia se desenrola, é permeado por um forte sentido de uso coletivo de um equipamento urbano – o banco. Podemos compreender esta como uma cena da dança-do-lugar, ou seja, das interações coreografadas de corpos em movimento no espaço que conformam uma lugaridade na área central de Copenhague. A cena é acompanhada de diálogos⁴ escritos por Jan Gehl, o qual estimulava seus alunos de graduação em Arquitetura e Urbanismo a interagir com a vida na cidade, em vez de se limitar a planejamentos técnicos e abstratos de maquetes.

O autor apostava que a interação entre os alunos e os espaços públicos em trabalhos de campos traria maior compreensão destes lugares, uma vez que o ato de observar e descrever oferecem registros mais subjetivos e, portanto, são capazes de promover novos olhares e perspectivas de lugares que os alunos “julgavam” conhecer.

Esse movimento metodológico de “descoberta-do-já-conhecido” também tem raízes epistemológicas na Fenomenologia. Husserl (2019) chamava de “evidência habitual” ou “atitude natural” o juízo que o pesquisador tem acerca de uma série de informações discursivas e teóricas que fazem parte, naturalmente, de seu escopo conceitual.

Se não permitir que esses discursos sejam “suspensos”, eles podem colaborar com uma objetificação ou enviesamento do fenômeno estudado, ou seja, se adequarmos esse cuidado aos nossos objetivos metodológicos da prática da pesquisa, os discursos e teorias, *a priori*, serão os parâmetros em vez de um processo de “descoberta” que emana da manifestação fenomênica. De outro modo, essa evidência alcançada seriam as rotinas espaço-temporais dos espaços públicos, a própria dança-do-lugar.

O elemento fundante da pesquisa a partir da dança-do-lugar, portanto, é a observação direta ou sua própria manifestação *in loco*, cuja essência do fenômeno coloca em evidência a multiplicidade e complexidade de vivências que ali se realizam. Dessa forma, não se trata de negar as teorias sociais e espaciais vigentes, suas trajetórias e a construção histórica e científica de conceitos disciplinares já consolidados, mas colocar essas teorias e discursos “de lado” e, a um só tempo, articulá-los como objetos de uma redução fenomenológica (*epoché*).

Essa redução consiste em um esforço para constituir uma postura que busca escavar os sentidos e a essência do fenômeno ao colocar, cuidadosamente, “entre parênteses” quaisquer explicações que induzam a uma compreensão superficial ou precipitada das experiências ali vividas (Marandola Jr., 2005).

Nesse sentido, a *epoché* (redução fenomenológica ou eidética) é uma prática descritiva carregada de intencionalidade, a qual é um princípio caro à fenomenologia husserliana porque representa (no plano transcendental) uma tomada de consciência do mundo-vivido (*lebenswelt*) e, ao mesmo tempo, método ou caminho (*epoché*) que se abre para a possibilidade de romper a “atitude natural” (Husserl, 1986). Ideias, concepções, preconceitos, noções e interpretações pré-concebidas seriam estorvos às “aparições” do fenômeno.

4 “O estudo das nuances no uso dos bancos origina-se de um artigo de Jan Gehl, ‘People on Foot’ de 1968. O diálogo sob as fotos foi, originalmente, escrito em dinamarquês, por Jan Gehl junto com Mark von Wodtke, que era parte do grupo que realizou o primeiro grande estudo sobre a vida na cidade de Copenhague, em 1968” (Gehl; Svarre, 2018, p. 7).

Sair na cidade para aprender e desenvolver métodos de observação direta é uma alternativa que aproxima dialeticamente prática e teoria, sem necessariamente estabelecer limites hierárquicos muito claros entre essas duas dimensões. Compreender a dança-do-lugar relaciona-se àquilo que Jacobs (2000) suscitou sobre o “balé-das-calçadas”: sua observação e análise permite a compreensão da cidade como um imenso “laboratório” de tentativas, erros, fracassos e talvez sucessos.

As experiências que se têm na cidade moderna devem ser contextualizadas ao estilo de vida contemporâneo. A observação direta da dança-do-lugar precisa de tempo para que as vivências, experimentações e reflexões sejam sedimentadas. Isso faz com que um dos maiores desafios seja garantir uma observação cadenciada e cuidadosa em um modelo de cidade onde o imperativo da velocidade é a maior marca de seu tempo.

A dificuldade de se compreender a cidade através de trajetos “a pé” está intrinsicamente associada ao urbanismo progressista, aliado ao crescimento desordenado e fragmentado do tecido urbano e, como consequência, ao empobrecimento cultural da experiência sobre as paisagens da cidade.

A velocidade dos deslocamentos, promovida pela hiper mobilidade (Marandola Jr., 2008), coloca em risco a pausa e a contemplação, deixadas de lado em troca de uma funcionalidade dos automóveis, da visão fragmentada, confusa e em larga escala dos espaços urbanos. O “efeito túnel” que faz com que as pessoas só saibam informações em termos de “local de origem” e “local de destino”, por aplicativos de GPS e dispositivos móveis, invisibilizando todos os lugares e paisagens que se encontram no caminho, tornando os trajetos excessivamente racionalizados e apagados.

O processo de industrialização das cidades impõe desafios quanto à reversibilidade da retomada de atividades realizadas a pé, as quais foram sistematicamente ignoradas como importante elemento à qualidade de vida em espaços urbanos (Gehl; Svarre, 2018). As políticas públicas de pedestrianização dos espaços públicos, como a exclusividade temporária do uso por pedestres em grandes avenidas e ruas, práticas comuns em centros metropolitanos brasileiros, tem como objetivo tornar a escala espacial do corpo uma possibilidade de não mais negligenciar essa experiência.

Por isso, é preciso reforçar que a prática de andar proporciona uma experiência urbana distinta do automóvel. Enquanto o acréscimo da velocidade proporcionado pelos carros reforça a condição física do corpo em deslocamento e a desconexão com o espaço e a paisagem urbana, o ato de caminhar, em um ritmo mais lento, reestabelece essa conexão, fazendo com que a escala da experiência corpórea seja a própria prática da caminhada, tornando-se uma qualidade intrínseca às nuances e características dos lugares.

Winner (1986), para refletir sobre essas duas maneiras de se locomover pela cidade, cria uma imagem hipotética de dois homens que seguem na mesma direção ao longo de uma rua tranquila em um dia ensolarado, onde um deles está a pé e o outro dirigindo um automóvel. O pedestre tem certa flexibilidade de movimento: ele pode fazer uma pausa para olhar uma vitrine, falar com os transeuntes e estender a mão para pegar uma flor no jardim do canteiro. O motorista, embora tenha potencial de se mover muito mais rápido, é limitado

pelo espaço enclausurado do automóvel, pelas dimensões métricas da rodovia e pelas regras de trânsito. Suas escolhas são conduzidas e estruturadas pelo seu destino pretendido, podendo ocasionalmente ter olhares laterais e se deter sobre as cenas e objetos que estão em seu entorno. Para o motorista, a regra mais importante para sua boa condução é evitar bater nas coisas, sendo seu ambiente imediato um campo de obstáculos que não devem ser tocados.

Escritores e literários têm refletido acerca do ato de caminhar como uma arte de observação das cidades. Jean Jacques Rousseau, em “Os devaneios do caminhante solitário” (1995), Johann Wolfgang Von Goethe, em “Viagem à Itália” (1999), e “Caminhada”, de Henry David Thoreau (2012), são alguns exemplos de associação do caminhar com o pensamento. Frédéric Grós problematiza esta relação histórica em seu “Caminhar, uma filosofia” (2010), na qual lembra ainda dos casos clássicos de Nietzsche, Rimbaud, Rousseau, Thoreau, Nerval, Kant, Gandhi e outros pensadores que associaram o caminhar a diferentes sentidos e intencionalidades.

Na literatura, o clássico conto de Edgar Allan Poe “O Homem da Multidão” (2008), “Notas de inverno sobre impressões de verão”, de Fiódor Dostoiévsk (2000), o conto “A arte de andar pelas ruas do Rio de Janeiro”, de Rubem Fonseca (1992), são alguns exemplos que demonstram como a caminhada não se trata apenas de um exercício físico, mas da possibilidade do pensar e observar a cidade por diferentes perspectivas.

A reflexão literária e a arte, em todas as suas formas de expressão, possuem potencial analítico e capacidade de investigação da efemeridade da vida na cidade. Sua perspectiva estética e imagética elucidam nuances que estão sob o indeterminado campo sensível do cotidiano (De Certeau, 2014). Andar pela cidade, nesse sentido, torna-se uma das experiências mais importantes da observação das danças-dos-lugares e imersão do próprio pesquisador nestes movimentos.

Jacobs (2000, p. 415) afirmava que “precisamos da arte, tanto na organização das cidades quanto em outras esferas da vida, para ajudar a explicar a vida para nós, para mostrar-nos seus significados, esclarecer a interação entre a vida de cada um de nós e a vida em nosso redor”. Para a pesquisa fenomenológica, o ato de caminhar também precisa ser espontâneo, criativo e não meramente mecânico, rígido e pré-definido. O andar precisa se manifestar em forma de *flânerie*⁵, um caminhar errante, intuitivo e sensível à dança-do-lugar.

A operacionalização dos trabalhos de campo, contraditoriamente, contaria com brechas de imprevisibilidades e aberturas para a improvisação e a criatividade. O caminhar configurar-se-ia, portanto, como a própria forma de pensar, sentir e se expor a essa dança, aproximando as ações da curiosidade do andarilho à observação fenomenológica do pesquisador.

5 O termo *flânerie* vem de *flâneur*, palavra francesa que se refere a uma personagem histórica que tem origem na Paris do início do século XIX. Preocupado com a essência e os sentidos da experiência urbana em seus traços mais essenciais, o *flâneur* surge em um contexto em que a sociedade francesa vivia o auge de seu processo de urbanização e industrialização e a formação de uma esfera pública burguesa. A atitude do *flâneur* era uma das poucas experiências em que qualquer indivíduo poderia andar e observar a cidade sem ter um destino ou caminho pré-definido. Por isso, numa breve pesquisa do termo, ele é amplamente comparado com as figuras do “errante” ou do “vagabundo”. Na verdade, como observou Walter Benjamin, o *flâneur* é um curioso da cidade, quase um detetive, um suspeito e, ao mesmo tempo, um desconfiado que está sempre olhando, observando e anotando (Benjamin, 1994; Featherstone, 2000).

Muitos registros seriam necessários para que se criasse um diário de campo, fontes de dados primárias para objeto de reflexão. É importante frisar que esses passos são sugestões de ações que apenas visam desenvolver habilidades de observação e sensibilidade, promovendo a capacidade de refutar, reforçar, articular ou sintetizar conceitos e teorias em conjunto de experiências circunstanciais dos espaços públicos. Essas experiências de campo, portanto, permitiriam descrever fenomenologicamente os ritmos dos lugares: seus padrões e suas contingências.

A descrição dessa pluralidade de vivências encaminharia às possíveis maneiras de compreensão de usos (ou desusos) que animariam esses espaços públicos, passando por reflexões de origem sensorial (tátil, visual, motora...), social e conceitual. A figura 03, apresenta uma sugestão fenomenológica da composição desses diários de trabalho de campo.

Figura 03: Proposta de registros de trabalho de campo para estudo da dança-do-lugar.

Visual (fotográfico): parte dos dados visuais seria produzido através de fotografias geradas por ensaios que buscassem apresentar diferentes leituras e olhares, colocando em perspectiva a diversidade de indivíduos e grupos que territorializam os espaços públicos. As fotografias serviriam para criar e discutir a imagem desses espaços.
Audiovisual (vídeo): os vídeos visariam registrar diferentes circunstâncias dos lugares, atribuindo movimento às fronteiras imateriais que muitas vezes podem ser enrijecidas pela imagem (estática) da fotografia. Feitos em diferentes períodos, iriam alimentar as descrições sobre o <i>place-ballet</i> dos espaços públicos em distintas escalas temporais.
Verbal (conversas): as conversas seriam feitas em graus de envolvimento entre pesquisador (<i>outsider</i>) e as pessoas que estão nos espaços públicos (<i>insider/outsider</i>), a fim de trazer fragmentos discursivos não diretivos sobre os lugares.
Gráfica (croquis e mapas): os mapas e croquis iriam traçar a geografia dos espaços públicos e seu entorno, incluindo seus trajetos e fronteiras formais e não formais, ao vincular aspectos da paisagem (forma), a percepção da organização e do arranjo espacial, estabelecendo o grau de “abertura” ou “fechamento” físicos, simbólicos e sociais dos espaços públicos.
Textual: todos os dados descritos acima seriam atrelados a textos descritivos de campo e ancorados numa redução fenomenológica e seriam detalhadas as circunstâncias e contexto em que cada informação fora coletada. Seriam nos textos que os diálogos suscitariam as pertinências entre teoria e empiria dos espaços públicos urbanos.

Fonte: De Paula (2016, p. 18).

Ao permitir que os espaços públicos tragam informações que se manifestem, enquanto fenômenos efêmeros, abrem-se possibilidades à própria circunstancialidade geográfica do lugar. Por vezes, as situações e experiências de campo podem revelar elementos contrários àqueles que a literatura aponta ou ao que o pesquisador acredita, demonstrando a contradição, complementaridade e complexidade da dança-do-lugar.

Apesar do presente artigo estar debruçado sobre o tema dos espaços públicos urbanos, todos os lugares possuem seu “balé”, seus ritmos e sincronismos próprios. Cabe à ciência geográfica rememorar seus princípios ideográficos, tal como Paul Vidal de La Blache esboçava em seus métodos descritivos e “gêneros de vida” (Vidal, 2005), não por uma perspectiva romantizada e nostálgica da Geografia Clássica Francesa, mas por uma necessidade teórica e analítica de reaproximação entre Ciência e o mundo-da-vida. A Fenomenologia é sugestiva e propõe possíveis aberturas para isso: os lugares são, antes de tudo, espaços vividos.

4 | DANÇA DO LUGAR E OS ESPAÇOS PÚBLICOS ENQUANTO ESPAÇOS VIVIDOS

Pensar a pesquisa como prática, como sugere Gadamer (2014), reforça o caráter experiencial da elaboração de qualquer investigação, deslocando a questão do método, como uma saída para a resolução de impasses teóricos, em direção à experiência hermenêutica que o processo implica. Neste sentido, pensar a pesquisa como *práxis* radicaliza a não dicotomia sujeito-objeto problematizada pela Fenomenologia, desafiando-nos a construir práticas de pesquisa articuladas com os próprios fenômenos estudados.

Enquanto lugar, os espaços públicos urbanos são multifacetados. Há sobreposições de realidades que se manifestam na experiência cotidiana da cidade. Enquanto território, seus limites normativos e jurisdicionais das esferas social e pública conferem aspectos legais a sua existência. Por isso, os espaços públicos urbanos têm este caráter “híbrido” e transitório entre território e lugar.

Compreender os espaços públicos a partir da dança-do-lugar ajuda a discutir as microterritorialidades que constituem as lugaridades não apenas como pausa ou estabilidade, como aponta Tuan (2013), mas pelos fluxos e efemeridades de suas coreografias, que não necessariamente respeitam os aspectos formais desses espaços urbanos.

Assim, possivelmente, os momentos de contingências se apresentariam como uma característica que mais se aproxima do ideal moderno de democracia que a vasta literatura já citada aponta. Não raros são os casos de usos democráticos e não convencionais dos espaços públicos que podem ser exemplificados: adolescentes que utilizam uma praça para praticar *parkour* ou uma estação de metrô para um encontro de batalha de *hip-hop*, canteiros para se praticar *slackline* e estacionamentos que se tornam, por um período, verdadeiras pistas de *skate*.

Essa talvez seja a possibilidade que estudos a partir da dança-do-lugar oferecem para as discussões metodológicas sobre espaços públicos: contribuir para a fluidez entre conceitos a partir das experiências vividas. Práticas fenomenológicas, por serem descritivas, buscam compreender como a interação entre pessoas e determinadas estruturas de espaços urbanos – seu tipo de uso, seus aspectos formais, seu desenho arquitetônico e contexto geográfico – podem influenciar ou não na vida desses lugares e, ainda mais importante, como influenciam.

Torna-se pertinente reafirmar que essa dança-do-lugar (*place-ballet*) ou “balé-das-calçadas”, portanto, é fenômeno e, ao mesmo tempo, prática de pesquisa. Busca a descrição de rotinas espontâneas no cotidiano do lugar sobre padrões de ações mais ou menos coerentes. No entanto, também deve ser sensível e cuidadosa às percepções de outras manifestações de usos, acarretando reflexões que carregam perspectivas sobre um importante aspecto temporal da vida na cidade: sua imprevisibilidade.

Na verdade, o conhecimento das danças-dos-lugares é um saber intrínseco, em alguma medida, corriqueiro e muito comum em nossas vidas: nós o usamos para evitar o trânsito em determinada rua, para não nos atrasarmos durante o deslocamento para o trabalho ou atividade de lazer; escolhemos os lugares de encontro em horários específicos, a fim de termos mais tranquilidade e privacidade; decidimos ir a um café ou padaria em determinado horário para evitar filas etc.

Estes exemplos, entre outras infinitas circunstâncias, referem-se às estratégias de nosso dia-a-dia que pressupõem conhecimento prévio das respectivas danças-dos-lugares.

Ora, então, qualquer descrição do lugar poderia ser interpretada como uma dança-do-lugar? Não. O método fenomenológico proposto aqui se orienta, primordialmente, através de uma mudança de postura epistemológica: colocar a consciência sobre os fatos em função da dúvida. A possibilidade de se produzir conhecimento a partir das evidências não apenas teóricas e materiais, mas se desafiar a enfrentar aquilo que Merleau-Ponty (2014) nos aponta: é tarefa do pesquisador garantir e priorizar os fenômenos que nos obrigam a rever e redefinir, continuamente, as noções mais fundadas que foram definidas, *a priori*, pela experiência.

Valer-se da dança-do-lugar como método de investigação também tensiona uma análise sobre a intersubjetividade dos espaços públicos. A imagem e o imaginário urbano rodeiam e assombram estes lugares, uma vez que a vida cívica em centros urbanos tem sido questionada a partir da deterioração da vida pública, especialmente marcada pelo abandono dos espaços públicos tradicionais.

Os espaços públicos são vistos como “catalisadores” da qualidade de vida nas cidades modernas: seja pelo tema da segurança pública, ao se criar “fobópoles” (espaços urbanos de violência civil e insegurança pública), tratado por Souza (2008), ou pela perspectiva do planejamento urbano que tende a fetichizar parques públicos como “álisis verdes” no contexto ambiental (Serpa, 2005). Logo, parece que esses lugares estão fadados a indicar o futuro de nossas cidades.

Encerrando este breve ensaio metodológico, nada mais coerente, portanto, que enfatizar a importância de se encarar os espaços públicos como espaços vividos (Serpa, 2021). Percepções, opiniões, usos, conflitos e contradições que compõem o imaginário urbano constituem aquilo que De Certeau (2014, p. 36) chamou de “conciliábulo na praça”, ou seja, propor metodologias criativas e dialógicas que procurem valer-se de experiências concretas para construir caminhos de uma geografia vivida.

As coreografias das ruas, praças e calçadas estão repletas de sinais e vestígios que podem nos ajudar a entender as nossas vidas nas cidades contemporâneas, basta estarmos, metodologicamente, abertos e atentos para percebê-las. ■

Recebido em: 23-07-2023

Aceito em: 17-01-2024

REFÊRÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio L. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- ANDRANDE, Luciana T.; BAPTISTA, Luís V. Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. *Sociologia*, v. XXIX, p.129-146, 2015.
- ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ARENDE, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- ARROYO, Julio. Espacio público. Fenomenologías complejas y dificultades epistemológicas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 1, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERDOULAY, Vincent. El lugar y el espacio público. In: ZUSMAN, Perla; CASTRO, Hortencia; ADAMO, Susana B. (Org.). *Geografías culturales: aproximaciones, intersecciones y desafíos*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Buenos Aires, 2011, p.139-153.
- BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1985.
- CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34/Edusp, 2000.
- CASTRO, Luiz G. R. O que é espaço público. *Fato e Opinião*, jul. 2013. Disponível em: <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx> Acesso em: 09 ago. 2013.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Geographia*, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999.
- COSTA, Benhur Pinós; BERNARDES, Antônio. Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: o lazer noturno e as relações de interface. *Cidades*, v. 10, n. 17, p. 30-60, 2013. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2013v10n17.12016>
- DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DARTIGUES, André. *O que é fenomenologia?* 9. ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DE PAULA, Fernanda C. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. *Geotextos*, v. 7, n. 1, p. 105-126, 2011.
- DE PAULA, Luiz T. Fenomenologia dos espaços públicos: entre as certezas e inseguranças da experiência urbana. 2016. 107 p. *Dissertação* (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2016.
- DOSTOIEVSK, Fiódor. *O crocodilo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- FEATHERSTONE, Mike. O flâneur, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES, Antonio Arantes (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000,
- FONSECA, Rubem. *Romance negro: e outras histórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GADAMER, Hans-George. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2014. V. 1.

- GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. *A vida na cidade: como estudar*. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Viagem à Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GOHEEN, Peter G. Public space and geography of the modern city. *Progress in Human Geography*, v. 22, n. 4, p. 479-496, 1998.
- GOMES, Paulo Cesar da C. *A condição urbana: estudos de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- GRÓS, Frédéric. *Caminhar, uma filosofia*. São Paulo: É Realizações, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, ano IX, n. 17, p.19-45, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. *Cidades*, v. 10, n. 17, p. 18-29, 2013. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2013v10n17.12015>
- HOLZER, Werther. O conceito de lugar na Geografia Humanista Cultural: uma contribuição para Geografia Contemporânea. *GEOgraphia*, ano. V, n. 10, p.113-123, 2003.
- HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. *Território*, ano IV, n. 7, p.67-78, 1999.
- HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas: uma introdução à fenomenologia*. São Paulo: Edipro, 2019.
- HUSSERL, Edmund. *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- HUSSERL, Edmund. *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- KILLIAN, Ted. Public and private, power and space. In: LIGHT, Andrew; SMITH, Jonathan (Ed.). *The Production of Public Space*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de cidades grandes*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEITE, Rogério P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LUCKERMANN, Fred. Geography as a formal intellectual discipline and the way in which it contributes to human knowledge. *Canadian Geographer*, v. 8, n. 4, p.167-172, 1964.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Ainda é possível falar em experiência urbana? Habitar como situação corpo-mundo. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 2, p. 10-43, 2020.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. (Org.). *Qual o espaço do lugar?* Geografia, Epistemologia e Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Entre muros e rodovias: os riscos do espaço e do lugar. *Antropolítica*, v. 24, p. 195-218, 2008.

- MARANDOLA JR., Eduardo. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. *Terra Livre*, Ano 21, v. 2, n. 25, p. 67-79, 2005.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MORAN, Dermont. *Introduction to phenomenology*. London: Routledge, 2000.
- OLIVEIRA, Livia. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Org.). *Qual o espaço do lugar?* Geografia, Epistemologia e Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 3-16.
- PICKLES, John. *Phenomenology, science and geography: spatiality and human science*. London: Cambridge, 1985.
- POE, Edgar A. *Histórias extraordinárias*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- ROUSSEAU, Jean J. *Os Devaneios do caminhante solitário*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SALCEDO HANSEN, Rodrigo. El espacio público en el debate actual: una reflexión crítica sobre el urbanismo postmoderno. *EURE*, v. 28, n. 84, p. 5-19, 2022.
- SCHÜTZ, Alfred. Bases da fenomenologia. In: WAGNER, Helmut R. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schütz*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SEAMON, David. Lived Bodies, Place, and Phenomenology: Implications for Human Rights and Environmental Justice. *Journal of Human Rights and the Environment*, v. 4, n. 2, 2013.
- SEAMON, David. *Movement, rest, and encounter: a phenomenology of everyday environmental experience*. 1977. 306 f. Dissertation (Ph.D. in Geography) – Clark University, Worcester, 1977.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SERPA, Angelo. *Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia*. São Paulo: Contexto, 2021.
- SERPA, Angelo. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. *Cidades*, v. 10, n. 17, p. 61-75, 2013a. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2013v10n17.12017>
- SERPA, Angelo. Espacialidade do corpo e ativismos sociais na cidade contemporânea. *Mercator*, v. 12, p. 23-30, 2013b.
- SERPA, Angelo. *O Espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SERPA, Angelo. Gestão territorial do sistema de parques públicos em Salvador, Bahia: contradições e paradoxos. *Ra'e ga*, n. 12, p. 7-19, 2006.
- SERPA, Angelo. Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? *Cidades*, v. 2, n. 3, p. 111-141, 2005.
- SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. *Geosp – Espaço e Tempo*, n. 15, p. 21-37, 2004.
- SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominância à apropriação. *Geosp – Espaço e Tempo*, n. 19, p. 93-111, 2006.

- SOUZA, Marcelo L. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- THOREAU, Henry D. *Caminhada*. Lisboa: Antígona, 2012.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013.
- VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Os limites da inversão: a heterotopia do Beco do Batman, São Paulo. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 37, p. 222-243, 2017.
- VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Cracolândia: a heterotopia de um espaço público. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 5, p. 211-230, 2015.
- VALVERDE, Rodrigo R. H. Sobre espaço público e heterotopia. *Geosul*, v. 24, n. 48, p. 7-26, 2009.
- VALVERDE, Rodrigo R. H. Por uma perspectiva geográfica dos espaços públicos: repensando a espacialidade da dimensão social. *Espaço e Cultura*, n. 22, p. 67-78, 2007.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Geografia Geral: os gêneros de vida na Geografia Humana. *GEOgraphia*, ano 7, n. 13, p. 113-130, 2005.
- WINNER, Langdon. *The whale and the reactor: a search for limits in an age of high technology*. Chicago: The Chicago University Press, 1986.